



No Plenário, Heráclito (E) cobra “esclarecimentos convincentes” sobre razões da saída de Lina do comando da Receita. Jucá (D) revela registros da presença da ex-secretária da Receita no Palácio do Planalto

## Jucá afirma que Lina esteve no Planalto, mas não em dezembro

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, afirmou que a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira não esteve no Planalto em dezembro do ano passado para uma suposta reunião com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Segundo ele, Lina foi ao palácio em 9 outubro de 2008 e em 22 de janeiro, 16 de fevereiro e 6 de maio de 2009. Lina declarou que, em encontro realizado no “fim do ano passado”, a ministra Dilma Rousseff pediu-lhe que “agilizasse” as investigações da Receita sobre empresas ligadas ao empresário Fernando Sarney. **3**



## Jobim defende acordo com a França para construção de submarino nuclear

Com a transferência de tecnologia prevista no acordo com a França a ser assinado simbolicamente no próximo dia 7, o Brasil passará a ser o sexto país do mundo com capacidade para construir e operar submarinos

nucleares. Esse foi o principal argumento apresentado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim (foto), durante debate realizado por duas comissões técnicas do Senado. O acordo prevê a construção de cinco submarinos. **7**

Foto de Márcio Kollme

## Lobão deverá discutir pré-sal com senadores

Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, foi convidado para audiência pública no Senado em 10 de setembro. **2**

## Debate na CCJ reforça apoio a Defensoria Pública

Relator deverá, porém, modificar projeto do governo para evitar conflitos com o Ministério Público. **8**



Soldados nas galerias e oficiais no Plenário, durante a sessão solene do Congresso em homenagem às Forças Armadas

## Forças Armadas recebem aval para reivindicar mais recursos

Os senadores e deputados que participaram ontem da sessão solene do Congresso Nacional pela passagem do Dia do Soldado (25 de agosto) destacaram a atuação das Forças Armadas na integração nacional e na defesa de nossas fronteiras. Também reforçaram a necessidade de se destinarem mais recursos para melhor aparelhar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. **7**

José Cruz

Comissão de Infraestrutura quer conhecer melhor as propostas do governo para um novo marco regulatório do petróleo, especialmente na questão da distribuição de *royalties*



Collor (E), Eliseu Resende e Dornelles durante reunião da CI que decidiu convidar o ministro de Minas e Energia para debate



## Dornelles: Rio não aceitará redução de receitas

Ao defender a manutenção do regime de concessão para a exploração de petróleo no Brasil, Francisco Dornelles (PP-RJ) fez um apelo ao presidente Lula para que evite medidas para o pré-sal visando reduzir a remuneração de *royalties* de participação especial do estado do Rio de Janeiro.

— O Rio não vai aceitar qualquer medida que implique perda de receita, que tire do estado o direito de participar, e com participação especial, dos *royalties* sobre o petróleo extraído no seu território ou em seu mar territorial. Esse é um assunto de natureza política. Eu confio no presidente Lula e estou certo de que ele não vai permitir que uma agressão dessa violência seja cometida contra o estado — disse.

O senador criticou notícias divulgadas pela imprensa sobre uma possível alteração no marco regulatório do petróleo a ser feita pelo governo, substituindo o regime da concessão, atualmente em vigor, pelo regime da partilha.

### Concessões

Na opinião de Dornelles, todas as melhorias que o governo pretende alcançar na área social, como a criação de fundos para educação, saúde, segurança e desenvolvimento, podem ser atingidas dentro do sistema de concessões.

— No regime de concessão, no momento em que se faz o leilão de um poço, se o risco é menor, o bônus de assinatura recebido pelo governo federal, pelo estado será muito maior e permitirá uma receita mais rápida e mais segura do que no próprio sistema de partilha — argumentou.

### Marco regulatório

Em aparte, o senador Eduard Suplicy (PT-SP) considerou como sendo de “bom senso” qualquer mudança no marco regulatório que permita distribuir as enormes riquezas que deverão ser obtidas na exploração das reservas do pré-sal a toda a população brasileira.

Respondendo a Suplicy, Dornelles lembrou que atualmente grande parte dos recursos provenientes de *royalties* do petróleo, que a União deveria aplicar em saúde e educação, por exemplo, é contingenciada para fazer superávit primário.

# Lobão participará de audiência sobre regras para pré-sal

O MINISTRO DE Minas e Energia, Edison Lobão, deverá participar de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para debater, no dia 10 de setembro, o novo marco regulatório do petróleo. O anúncio das novas regras para o setor deverá ser feito pelo presidente Lula nesta segunda-feira.

Francisco Dornelles (PP-RJ) havia apresentado requerimento de audiência sobre o assunto com o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, mas abriu mão da solicitação depois que o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), anunciou a vinda do ministro e informou que Lobão poderá trazer para o debate diretores da Petrobras.

Dornelles ressaltou preocupação com notícias divulgadas pela imprensa segundo as quais o atual regime de concessão na exploração do petróleo poderá ser transformado em regime de partilha, o que seria “um retrocesso que só interessa à burocracia estatal”, na opinião do senador. “Petrobras forte, sim, mas monopólio, não. Não devemos afastar empresas pri-

vadas nacionais e estrangeiras da exploração, argumentou.

Eliseu Resende (DEM-MG) ressaltou a importância do exame atento das mudanças propostas pelo governo, uma vez que envolvem interesses dos estados na política de distribuição de *royalties* da exploração do petróleo. Pelo sistema em vigor, observou, a Petrobras participa da concorrência em igualdade de condições com outras empresas e só tem privilégio se houver empate de propostas. Esse modelo, sugeriu, deveria ser estendido para a exploração do petróleo da camada do pré-sal.

Dornelles também disse ser favorável à criação de um fundo com recursos da exploração do pré-sal, direcionado para áreas como educação e de ciência e tecnologia, conforme anunciado pelo governo, desde que se mantenha o sistema atual de concessão, instituído pela Lei 9.478/97. A distribuição dos recursos do pré-sal, os quais estima-se que podem chegar a R\$100 bilhões por ano, segundo Collor, deverá ser tema amplamente debatido pela CI.

## Comissão ouvirá presidente do BNDES sobre crédito para o PAC

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, deverá comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado para prestar informações sobre linhas de financiamento e disponibilidade de crédito para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovado ontem pelo colegiado.

O senador quer que Coutinho fale especialmente sobre obras de infraestrutura, bem como sobre as previsões de participação da instituição na exploração do petróleo do pré-sal. Collor disse esperar que o presidente do BNDES “encontre tempo” para comparecer à convocação aprovada pela CI, fazendo referência a audiência sobre o tema realizada na comissão, para a qual Coutinho foi convidado, mas não compareceu.

A secretária-executiva do

Ministério da Saúde, Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli, deverá falar na comissão sobre a situação do saneamento nas obras do PAC, conforme outro requerimento de Collor. Na justificativa, o senador resalta o “estado crítico” na área de saneamento do país, onde 100 milhões de brasileiros não dispõem de esgotos tratados e 40 milhões não têm acesso adequado à água potável.

A CI deverá realizar ainda audiência em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater a situação dos portos no país. O requerimento é de autoria dos senadores Kátia Abreu (DEM-TO) e Wellington Salgado (PMDB-MG). O objetivo é debater os impactos do Decreto 6.620/08 e da Resolução 1.401/09, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários.

## Indicados ao CNJ e ao CNMP não precisam renunciar a promoções

Os indicados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) não precisam mais entregar declaração renunciando ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou integrar lista para ingresso em qualquer tribunal durante o mandato e até dois anos após o seu término. O Projeto de Resolução 22/09, aprovado ontem pelo Plenário do Senado e que vai à promulgação, suprime essa exigência.

A proposição revoga os incisos V e VI do artigo 5º da Resolução do Senado 7/05, que estabelece normas para apreciação das indicações para composição do CNJ e do CNMP. Os dispositivos suprimidos determinavam que os indicados para esses colegiados deveriam encaminhar ao Senado declaração renunciando ao direito de concorrer

à promoção por merecimento ou integrar a lista para ingresso em qualquer tribunal, durante o mandato e até dois anos após o seu término.

De acordo com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), autor da proposta, os dois incisos revogados eram inconstitucionais, uma vez que a Constituição federal, em seus artigos 103-B e 130-A, já prevê as condições para exercício desses cargos, não cabendo a resolução do Senado criar novos requisitos.

“De outra parte, os dispositivos em questão têm gerado um efeito não intencionado negativo, na medida em que desestimulam bons juízes — que têm a justa e merecida expectativa de serem promovidos — de se candidatarem às vagas nos dois colegiados”, acrescenta Sarney na justificativa da resolução.

## Quintanilha destaca aprovação de piso para agente de saúde

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) registrou a aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira, de projeto de lei que estabelece um piso salarial de R\$ 930 para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias (PLS 196/09). De autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), a proposta foi aprovada em decisão terminativa e seguirá para análise da Câmara.

Quintanilha destacou a importância do trabalho desempenhado pelas duas categorias, que se dedicam a visitar famílias da área urbana e rural com o objetivo de identificar situações que põem em risco a saúde das pessoas e fazer o tratamento preventivo de eventuais doenças.

O senador disse que o valor do piso salarial previsto no projeto ainda é pequeno e incompatível com a importância do trabalho realizado pelos agentes comunitários de saúde e pelos agentes de combate às endemias, mas representa um avanço diante das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores dessas categorias.

— É preciso continuar trabalhando para melhorar as condições de trabalho deles, que estão expostos às intempéries,



Quintanilha aplaude votação de projeto que beneficia vigilantes

ao sol, à chuva, andam a pé ou de meio próprio — afirmou.

### Vigilantes

Em seu discurso, Quintanilha saudou ainda a aprovação, pela mesma comissão, do projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que inclui entre as atividades profissionais com direito a pagamento de adicional de periculosidade aquelas que exponham o trabalhador a contato permanente com explosivos ou inflamáveis, por representarem acentuado risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física. Entre os beneficiados pela proposta (PLS 387/08), também aprovada em decisão terminativa, estão os salva-vidas, os vigilantes, os vigias e os seguranças privados, os três últimos por estarem sujeitos a disparos de armas de fogo.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Heráclito (E) acredita que ataques "desproporcionais" do governo a Lina Vieira seriam motivados pelas suspeitas levantadas por ela contra a Petrobras. Jucá apresentou levantamento feito pela segurança do Planalto e disse que ex-secretária esteve no palácio em outubro, janeiro e fevereiro, mas não "no final do ano", como ela alega



HERÁCLITO FORTES

## Governo precisa explicar razões da saída de Lina Vieira

O SENADOR HERÁCLITO Fortes (DEM-PI) cobrou ontem do governo federal um "esclarecimento convincente" sobre as verdadeiras razões da saída de Lina Vieira do comando da Receita Federal. Para o senador, as discussões sobre o suposto encontro de Lina Vieira com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não passam de cortina de fumaça para esconder acontecimentos mais graves, como o fato de a ex-secretária da Receita ter levantado suspeitas sobre suposta "manobra contábil feita pela Petrobras para pagar menos tributos".

– Dona Lina deixou a Receita porque não aceitou a mutreta montada pela Petrobras, poderosa, acima da lei, que, por isso mesmo, é hoje cenário de uma CPI nesta Casa, em que um verdadeiro rolo compressor da base do governo está montado e estruturado para fazer com que não haja devassa e não se descubram as verdades daquela empresa – atacou Heráclito.

Para o senador, a razão de Lina

Vieira ter sido demitida da Receita Federal foi sua "ousadia de mostrar que a Petrobras está errada" e que a estatal, com esse erro, teria provocado prejuízos ao patrimônio público, à população brasileira e aos acionistas da empresa.

Heráclito Fortes também disse achar estranho que imagens do circuito interno de câmeras do Palácio do Planalto – que poderiam ou não confirmar se houve o encontro entre Dilma e Lina – possam ter sido apagadas.

– Existe algo estranho nisso tudo. A velocidade e a violência com que o governo procurou desmentir a ex-secretária Lina Vieira e desqualificá-la são desproporcionais a um fato ocorrido que passaria despercebido por ter sido burocrático, não fossem setores do governo a acusar o golpe. Na vida, tudo que é preciso explicar é ruim; e, quando se tem que explicar demais, o caldo entorna. O caso da Receita Federal é gritante, é repugnante, é inaceitável – afirmou.

## Registro de visitas não confirma versão de ex-secretária

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou ontem, em Plenário, com base nos controles de placas e nomes feitos pela segurança do Palácio do Planalto, que a ex-secretária da Receita Lina Vieira esteve no palácio nos dias 9 de outubro de 2008, 22 de janeiro, 16 de fevereiro e 6 de maio de 2009.

Lina afirma ter sido chamada para uma reunião com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, "no final do ano passado". Segundo Jucá, nenhuma das datas registradas coincide com a afirmação.

– Deixo a bola para a doutora Lina e ela, se quiser, que diga a data que, em tese, teria havido uma reunião que não houve – ressaltou Romero Jucá, da tribuna.

No alegado encontro, afirma Lina, Dilma teria lhe pedido que "agilizasse" as investigações da Receita sobre empresas de Fernando Sarney, filho do presidente do Senado – o que foi interpretado pela ex-secretária como um comando para encerrar as apurações. A ministra negou as supostas

pressões e até que tenha havido tal encontro.

Jucá contestou suspeitas de parlamentares opositoristas de que o governo poderia "queimar provas" de uma possível entrada da ex-secretária, apagando as imagens das câmeras de vigilância. A suspeita foi manifestada depois que o Gabinete de Segurança Institucional informou que os registros das câmeras dos movimentos de entrada e das áreas externas do Planalto são apagados a cada 30 dias.

Segundo Jucá, as câmeras gravam até esgotar o limite de armazenamento dos computadores (cerca de 30 dias). Depois, passam a registrar sobre as imagens antigas. O líder governista disse que a imprensa interpretou errado o que diz o edital de contratação dos equipamentos de segurança dos palácios. Não são, disse ele, as gravações que precisam ser mantidas por seis meses e depois transferidas para um arquivo geral, e sim os controles de crachás, placas de carros e nomes de visitantes.

ROMERO JUCÁ

## Arthur Virgílio critica excesso de gastos do governo federal

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) leu ontem em Plenário reportagens de jornais atestando a queda do superávit primário e o consequente aumento da dívida pública. O parlamentar citou artigo de *O Estado de S. Paulo* segundo o qual o superávit primário do setor público acumulado no primeiro semestre deste ano foi menos da metade do obtido em igual período do ano passado.

De acordo com a reportagem, o superávit somou R\$ 38,4 bilhões, ou 2,25% do produto interno bruto (PIB). Em 2008, o esforço fiscal chegou a R\$ 92,7 bilhões, ou 5,63% do PIB. Como a economia foi insuficiente para pagar os juros da dívida pública, essa aumentou R\$ 12 bilhões somente em julho. No mesmo mês do ano passado, esse saldo negativo ficou em R\$ 7,8 bilhões. Enquanto as



Senador lê, da tribuna, jornais que noticiaram aumento da dívida pública do país

estatais apresentaram superávit nominal de R\$ 207 milhões no semestre passado, o governo central teve um déficit de R\$ 13,1 bilhões.

– Ao contrário do dito popular da água mole em pedra dura, de nada valerem seguidas e enfáticas advertências das oposições, de economistas, do empresariado e da imprensa, ponderando

ao governo mais austeridade em seus gastos – disse Arthur Virgílio.

Outra reportagem lida pelo senador revela que a dívida do setor público subiu cerca de R\$ 24 bilhões em julho, saltando de R\$ 1,250 trilhão para R\$ 1,283 trilhão. Ao mesmo tempo, acrescentou Virgílio, outra notícia informa que a produção

Fotos de Gerardo Magalhães

industrial do estado de São Paulo caiu 9,4% em julho, em relação ao mesmo mês do ano passado. A queda acumulada este ano chega a 12,38%, a pior desde 2003, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

– Não me agrada veicular notícias desse teor. É, contudo, meu dever alertar – frisou o senador.

### Dia do Soldado

Também ontem, o líder do PSDB homenageou o soldado brasileiro pelo seu dia, comemorado em 25 de agosto. Arthur Virgílio afirmou que a palavra soldado "define o militar de qualquer posto ou patente e sugere apreço, cidadania e patriotismo".

O senador destacou a presença do soldado na Amazônia, importantíssima, afirmou, na defesa da soberania nacional.

## Estudo do Ipea é "disparatado", diz senador

Arthur Virgílio classificou de "disparatado" o comunicado divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) intitulado "Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente", que avalia o período de 1872 até 2008. Para o senador, o estudo erra nos critérios ao comparar a produtividade da administração pública com a do setor privado brasileiro.

– O doutor Márcio Pochmann misturou literalmente alhos com bugalhos. Comparando produtividade do setor público com o setor privado, ele foi profundamente infeliz, se é que isso não esconde uma ideologia de justificar os gastos correntes crescentes do atual governo – disse Virgílio.

# Flávio Arns comunica que pediu desfiliação do PT

Senador afirma que exercício do mandato exige sintonia com a sociedade. Ressalta também que fidelidade deve ser de mão dupla: do parlamentar com o partido e do partido com seu ideário, filosofia, história e programa

O SENADOR FLÁVIO ARNS (PR) comunicou ontem ao Plenário que pediu sua desfiliação do PT. Em carta ao Diretório Municipal do PT de Curitiba entregue pela manhã, ele afirma que a orientação para o partido votar pelo arquivamento das representações contra o presidente do Senado, José Sarney, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi dada "em flagrante distanciamento e violação aos princípios e diretrizes que sempre nortearam o ideal do partido".

O senador referiu-se à possibilidade que lhe foi apontada de perda do mandato por deixar o partido, afirmando que o exercício do mandato exige sintonia com a sociedade. Ele acrescentou que, se houver um debate judicial sobre a questão, irá enfrentá-lo "com tranquilidade e segurança". Arns disse acreditar que a fidelidade tem que ser de mão dupla: do parlamentar com o partido, e do partido com seu ideário, filosofia, história e programa.

– Não fui eu o infiel, mas sim o partido, que foi infiel à sua história e ao seu programa.

Na carta, Flávio Arns observa também que a orientação do PT ignorou nota assinada por todos os senadores da bancada há cerca de dois meses, em que requeriam a apuração das denúncias encaminhadas ao Conselho de Ética.

O senador diz ainda ter considerado um fato grave a nota pública assinada pelo presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, orientando o voto dos representantes do partido no Conselho de Ética.

Flávio Arns referiu-se ainda ao que considerou uma "discriminação" a ele e ao seu mandato por parte de membros do PT e do próprio presidente Lula; ao seu dever de lealdade para com as entidades sociais, segmento que o colocou na vida pública;

ao seu compromisso com o povo paranaense, em consonância com as bandeiras do partido, como a defesa intransigente do comportamento ético como condição básica do exercício do mandato; e ao princípio da indissociabilidade do mandato com os anseios da sociedade.

## Apartes

Seis senadores fizeram apartes ao discurso de Flávio Arns. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que parece que não há lugar para pessoas como Arns no PT, "como não há para Frei Betto, para o senador Cristovam e para aquelas pessoas fantásticas que fizeram a doutrina do PT".

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou que Flávio Arns deixou o PSDB por coerência e disse que a atitude tomada pelo senador paranaense merecia todo o respeito do Senado.

"Não merecem respeito os que o criticam", acrescentou, lembrando que o próprio presidente Lula declarou que Flávio Arns era encenheiro.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que já viveu o que Arns estava vivendo, porque também deixou o PT.

– Sei do seu sofrimento e, ao mesmo tempo, da satisfação de cumprir o dever, do orgulho que deve estar sentindo da coragem que teve – observou.

Mário Couto (PSDB-PA) concordou com Flávio Arns quando sustentou que a fidelidade partidária tem dois lados. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse respeitar a decisão do colega, mas ponderou que ele próprio preferiu manifestar-se em Plenário, propondo a Sarney a renúncia à Presidência do Senado.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que Flávio Arns hoje desfruta de prestígio dentro e fora do Senado. Na presidência da sessão, o 3º secretário do Mesa, Mão Santa (PMDB-PI), comentou que Arns merece os aplausos de todo o Brasil.



Flávio Arns enumera obstáculos criados pelo PT a sua atuação parlamentar

## Dom Paulo Evaristo Arns expressa solidariedade

Em telegrama ao senador Flávio Arns, que é seu sobrinho, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito da Arquidiocese de São Paulo, considera "inacreditável" a corrupção no Senado.

O texto do telegrama, que teve trechos lidos ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) em Plenário, e o restante citado pelo próprio Flávio Arns, é o seguinte:

"Parabéns atitude coerente diante corrupção inacreditá-

vel Senado. Queira transmitir votos de apoio benemérito à senadora Marina, senador amigo Simon, como também aos demais colegas que defendem ética e decoro dos chamados Pais da Pátria. Abraço de seu tio, cardeal Paulo Evaristo Arns".

Pedro Simon chamou a atenção para a importância da mensagem do cardeal ao senador paranaense, inclusive porque há muito tempo dom Paulo não se manifestava a respeito de assuntos políticos.

Destinado a estudantes universitários, estágio na Casa terá duração máxima de dois anos, com jornada diária de quatro horas e recesso anual de 30 dias, preferencialmente durante as férias escolares

# Mesa diretora regulamenta estágio no Senado

A MESA DIRETORA do Senado aprovou, ontem, ato da Comissão Diretora que regulamenta o programa de estágios na Casa. De acordo com o ato, o estagiário receberá uma bolsa mensal de R\$ 830 e um auxílio para custear despesas com transporte no valor de R\$ 120 por mês.

O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), explicou, ao sair da reunião, que o ato visa estabelecer regras claras para os direitos e deveres dos estagiários, bem como sua remuneração e outros pontos.

– Não tem nenhuma novidade, apenas estamos tirando o lado escuro, o lado não claro da questão, e estamos dando transparência – ressaltou Heráclito.

O ato estabelece que o prazo máximo para cumprir estágio no Senado é de dois anos. A jornada é de quatro horas diárias (20 horas semanais), cumpridas em horários compatíveis com as atividades acadêmicas. Após 12 meses de estágio, o estudante terá direito a recesso remunerado de 30 dias consecutivos, preferencialmente durante as férias escolares.

Poderá participar do programa de estágio da Casa o estudante universitário que estiver pelo menos no 4º semestre do curso de graduação em instituição sediada no Distrito Federal. As atividades desempenhadas

pelos estagiários deverão se coadunar com a futura atividade profissional.

O ato estabelece que os convênios para estágio farão seleção de estudantes das seguintes áreas: Administração, Arquitetura, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência Política, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Relações Públicas, Relações Internacionais, História, Letras, Secretariado Executivo, Estatística, Turismo, Desenho Industrial, Direito, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Matemática e as de Engenharia Ambiental, Civil, de Redes, Elétrica, Eletrônica, Mecânica e Mecatrônica.

Heráclito Fortes destacou que a indicação de estagiários obedecerá a critérios, para que haja democratização e justiça.

– Diminui a indicação política, mas não acaba. Em algum momento, o gargalo terá de ser por indicação política, mas é preciso que se criem critérios mínimos para beneficiar pessoas que realmente tenham mais aptidão para a vaga existente ou necessitam do estágio para sobreviver – observou.

Os interessados em estagiar no Senado podem fazer inscrição pelo link Programa de Estágio (<http://www5.senado.gov.br/saes>), na página da instituição na internet.



José Sarney (2º à esq.), Heráclito Fortes (D), o diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, e a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, examinam as novas regras

## Para Heráclito, modelo do Conselho de Ética está superado e precisa mudar

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou que o Conselho de Ética apresenta "um modelo superado" e, por isso, deve ser reformulado. Ele disse desconhecer pedido do presidente da Casa, José Sarney, de estudo para acabar com o colegiado.

– Essa decisão seria mais bem tratada junto aos líderes. Fui membro do Conselho de Ética, mas pedi o afastamento por discordar do atual modelo. O conselho, no modelo vigente, no meu modo de ver, é uma etapa vencida. Ou se reformula, ou eu tenho impressão de que o conselho não terá razão para existir.

O senador também negou a existência de projeto para construir uma "praça de alimentação" em local próximo à Gráfica do Senado, a fim de atender a demanda dos servidores da Casa. Heráclito disse que apenas pediu um estudo ao serviço de engenharia da Casa visto que, nos últimos anos, foram fechados três restaurantes no Senado, sujeitando os servidores a se deslocarem para almoçar noutros lugares, perdendo tempo e contribuindo para o congestionamento do trânsito.

– Há esse estudo inicial sobre a ocupação de um espaço vazio, mas não será uma praça de alimentação. A imprensa deu a

notícia com tal dimensão que ontem já havia restaurantes de cadeias do Brasil inteiro querendo uma vaga.

Sobre projeto de Eduardo Suplicy (PT-SP) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que determina a proibição de pagamento de gratificações a servidores que participam de comissões administrativas da Casa, Heráclito disse que o assunto não foi discutido na reunião da Mesa diretora, mas deve ser analisado mais profundamente, porque muitos servidores trabalham em serviços fora do horário normal de expediente. Como exemplo, ele mencionou os funcionários que desempenham atividades como guias turísticos no Congresso aos sábados e domingos. De acordo com o 1º secretário, Eduardo Suplicy (PT-SP) "prestou um grande serviço à reforma administrativa da Casa, mas houve exageros".

Quanto ao plano de cargos e salários da Casa, Heráclito disse que o texto está sendo alvo de confusão.

– Há um estudo que precisa ser feito e precisa ser adequado à proposta da Fundação Getúlio Vargas. Não há nada de concreto, estamos fazendo um estudo e um levantamento, mas ainda não existe uma proposta, apenas intenções.

## Grupo de senadores tenta reverter arquivamento

Um grupo de senadores impetrou ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), mandado de segurança solicitando anulação do ato da Mesa diretora que considerou não ser cabível recurso contrário ao arquivamento de representações apresentadas no Conselho de Ética contra o presidente do Senado, José Sarney.

Assinam o documento José Nery (PSOL-PA), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Renato Casagrande (PSB-ES), Jefferson Praia (PDT-AM), Demostenes Torres (DEM-GO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Kátia Abreu (DEM-TO).

Esses senadores argumentam que cabe exclusivamente ao Plenário decidir sobre matérias que tratam de perda de mandato, de modo que "órgão parcial, proporcional e relativo como o Conselho de Ética não tem a força, por si somente, de cassar um mandato, nem, por óbvio, de não cassar".

O despacho da Mesa rejeitando o recurso contra o arquivamento – que havia sido endossado por 11 senadores – foi assinado na semana passada pela 2ª vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), argumentando, com base em nota informativa assinada pelo consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho, não haver no Código de Ética e Decoro Parlamentar a previsão expressa de recurso para o Plenário de decisão que determinar a inadmissibilidade de representação ou denúncia contra senador.

## Confirmados 20 atos de nomeações

O diretor-geral do Senado ratificou, na quarta-feira, mais 20 atos da Mesa que não haviam sido publicados. Os chamados atos secretos tratam de nomeações para cargos em comissão e haviam sido anulados pela Mesa do Senado. Conforme a assessoria da Diretoria-Geral, ainda há 14 casos em análise.

As convalidações se deram após cada caso ter sido analisado individualmente, com a comprovação da regular prestação de serviços por parte dos servidores envolvidos e com a manifestação do interesse pelos órgãos em que trabalham de que esses funcionários permaneçam em suas lotações.

## Senado pede informações sobre obras da Petrobras

A Mesa diretora também aprovou ontem requerimentos solicitando informações sobre a Petrobras, apresentados pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Um dos documentos pede que o ministro da Justiça, Tarso Genro, encaminhe ao Senado cópia do inquérito e todos os outros documentos relativos à operação da Polícia Federal conhecida como Castelo de Areia. A operação apontou irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Os senadores também acataram requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, pedindo cópia de todas as denúncias e processos internos que existam envolvendo a Petrobras e suas subsidiárias em tramitação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Gasoduto Urucu-Manaus

Ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, foi pedida a relação de todos os contratos, aditivos contratuais e convênios entre a Petrobras e seus fornecedores ou prestadores de serviços relativamente às obras do gasoduto Urucu-Manaus.

Um outro requerimento de Alvaro Dias, também destinado ao ministro de Minas e Energia, foi aprovado para solicitar a relação de todos os pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela Petrobras para produtoras de vídeo, além de cópia da sindicância interna sobre o assunto.

## Suplicy defende conselho para setor de citricultura



Organismo poderia ajudar a resolver conflitos no segmento, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse esperar que a próxima audiência pública sobre citricultura, a se realizar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), possa ser uma "ação catalisadora" para a formação de um conselho no setor, a exemplo do que já reúne os plantadores e as indústrias ligados à cana-de-açúcar de São Paulo (Consecana-SP).

Entre outras tarefas, o Consecana, explicou o senador, zela pelo relacionamento dentro da cadeia produtiva e

promove a conciliação de conflitos surgidos entre os integrantes do sistema. Suplicy afirmou que o novo conselho coordenaria entendimentos, sob a supervisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para evitar qualquer tipo de atitude por parte dos produtores de suco de laranja que atentasse contra a lei de defesa da concorrência. O senador apontou que quatro empresas de suco de laranja detêm 98% do mercado e exercem um poder oligopolista.

## Raupp cobra pressa na regularização fundiária



Senador do PMDB quer que ministério e Inbra expliquem as razões da demora

Em apelo ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra), Rolf Hackbart, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou pressa na regularização fundiária na Amazônia. O senador sugeriu ainda que os dois participem de um debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para esclarecer as razões da demora.

Sem o documento que comprove a posse da terra, ressaltou Valdir Raupp,

os trabalhadores não conseguem contratar financiamentos ou tirar licenças nos órgãos ambientais. O senador informou que são mais de 200 mil propriedades na Amazônia, das quais mais de 30 mil estão localizadas em Rondônia. Raupp pediu que, se necessário, os órgãos federais responsáveis pela regulamentação das áreas coloquem mais funcionários para realizar o recadastramento das famílias e dos lotes – atividade que está sendo feita em parceria com os municípios e estados da região.

## Mozarildo critica descaso do governo com Pacaraima



Mozarildo afirma que até perímetro urbano da cidade agora é questionado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) está hoje no município roraimense de Pacaraima, participando de sessão itinerante da Assembleia Legislativa. Ao anunciar ontem sua presença no estado, ele afirmou que Pacaraima "vem sendo sistematicamente prejudicado pelo governo federal", seja pela criação de reservas em sua área territorial, seja pela negativa em transformá-lo em uma área de livre comércio.

O senador apontou que as reservas indígenas de São Marcos e Raposa Ser-

ra do Sol "mutilaram o município". De acordo com o parlamentar, até mesmo o perímetro urbano de Pacaraima vem sendo questionado.

Mozarildo lamentou que o governo tenha transferido para Boa Vista a área de livre comércio (ALC) que ele propôs, em projeto de lei, em Pacaraima. Ele explicou que Pacaraima fica na fronteira com a Venezuela e que a cidade venezuelana de Santa Elena de Uaiirén, que tem sua ALC, impede o desenvolvimento do município brasileiro.

No encontro, marcado para terça-feira no gabinete do senador, com a presença de representantes de trabalhadores, também será discutido o reajuste dos aposentados

## Paim anuncia reunião sobre fim do fator previdenciário

PAULO PAIM (PT-RS) anunciou ontem, em Plenário, que na próxima terça-feira, às 11h, será realizada reunião em seu gabinete com o objetivo de discutir o fim do fator previdenciário e o reajuste de aposentados e pensionistas. Explicou que o acordo entre o governo e as centrais sindicais, noticiado pela imprensa, ainda não ocorreu.

Participarão do encontro representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Paim também anunciou a realização de um grande encontro sindical, em 3 de setembro, no



Paim afirma que ainda não houve acordo com o governo

Auditório do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte para a realização de ato público em defesa da redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários e pela aprovação do fim do fator

previdenciário e do reajuste dos benefícios dos aposentados.

O senador registrou ainda sua participação, ontem, no seminário Capacitação Sindical para a Defesa e Implementação de Cláusulas de Promoção da Igualdade, organizado pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e realizado no Centro de Eventos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, em Brasília.

– O tema da minha palestra foi o “Estatuto da Igualdade Racial”, que o Senado já aprovou e que se encontra na Câmara. Lamento que ainda não tenha sido aprovado devido à obstrução feita por setores conservadores.

## Mário Couto critica proposta do governo para aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o acordo que teria sido firmado nesta semana entre o governo e centrais sindicais para o reajuste das aposentadorias e pensões. Pela proposta, será concedido aumento de 6,5% em 2010 e 2011 aos aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo.

– Lula não cumpriu aquilo que prometeu aos aposentados em sua campanha política – afirmou o senador, parabenizando a Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap) por não ter aceitado o “teatro” promo-

vido pelo governo na reunião com as centrais sindicais.

Mário Couto criticou a decisão do governo de conceder empréstimos a outros países, afirmando que “o presidente faz isso no exterior para se exibir e parecer estadista”.

– Mas, quando chega na hora dos aposentados, ele barbariza, maltrata, estraçalha os aposentados – disse.

O parlamentar conclamou os aposentados a continuarem lutando pela aprovação, na Câmara, de propostas do senador Paulo Paim (PT-RS), entre



Para Mário Couto, Lula não cumpriu o que prometeu aos inativos

elas a que acaba com o fator previdenciário; a que concede às aposentadorias e pensões o reajuste de 11,67% concedido ao salário mínimo em 2006; e a que recompõe o valor das aposentadorias.

## Praia defende plano diretor nas pequenas cidades

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) anunciou, em Plenário, que pretende apresentar proposta para inserir na Constituição a exigência de que todas as cidades sejam obrigadas a elaborar planos diretores locais, com planejamento sobre seu crescimento, construção de redes de água potável e de esgotos e de áreas de lazer.

Hoje, só as cidades com mais de 20 mil habitantes têm essa obrigatoriedade.

Jefferson Praia observou que um plano diretor, aprovado depois de ampla discussão na



Senador explica que plano diretor orienta crescimento dos municípios

câmara de vereadores, leva a uma melhora na qualidade de vida da população, reduzindo

a precariedade das condições urbanas.

Por isso, ele considera injusto com os moradores que as pequenas cidades sejam liberadas do plano diretor. Sem o plano, é comum municípios jogarem esgotos sem tratamento nos rios e riachos, afetando seriamente o meio ambiente, disse o senador.

– Essas pequenas cidades precisam de, pelo menos, um plano diretor simplificado. Na Amazônia, por exemplo, nossas cidades estão poluindo os igarapés – afirmou o senador.

## Mercadante elogia apoio de Lula às universidades federais

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse, ontem, que o governo federal está fazendo um esforço para retomar a ampliação das universidades federais. Ele assinalou que já foram construídas 16 novas universidades em todo o país e 135 campi de expansão da rede pública federal de ensino.

– Há muito tempo as universidades federais estavam quase que abandonadas, sem prestígio, sem apoio, sem valorização, e hoje temos não só a recuperação dessas universidades, da qualidade do ensino, mas, principalmente, a expansão em áreas extremamente críticas – disse o senador, que participou da cerimônia de inauguração do novo campus da Universidade Federal do ABC, em Santo André (SP).

Segundo Mercadante, a média nacional de vagas públicas no ensino superior é de 17%, sendo que o estado de São Paulo tem o pior índice: apenas 9% dos estudantes universitários têm acesso às instituições públicas. O senador salientou que o governo paulista destina 10% de toda a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o financiamento das universidades estaduais.

– Fiz a minha graduação na USP, o meu mestrado e o curso de doutorado na Unicamp. São excelentes universidades.



Mercadante também citou a criação de 214 escolas técnicas

Mas o acesso ao ensino público gratuito [em São Paulo] é muito pequeno – afirmou.

Mercadante disse que o governo Lula está revertendo esse quadro, chegando a 19 mil alunos da rede federal de ensino em São Paulo. O senador citou também outros investimentos feitos no estado, como a obra do Rodoanel, que contou com R\$ 1,2 bilhão do governo federal.

– Iguamente importante, eu diria, é a rede de escolas técnicas federais. Desde Nilo Peçanha, foram construídas no Brasil 140 escolas técnicas federais. O governo Lula vai entregar, ao final do seu mandato, 214 novas dessas escolas. Na semana retrasada, inaugurou, no Rio Grande do Norte, sete novas escolas no mesmo dia. Estamos fazendo mais em oito anos do que foi feito em quase cem anos da história da República – avaliou.

## Cristovam cobra sanção de lei sobre ensino médio público

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ao presidente Lula a sanção da lei que obriga o poder público a oferecer ensino médio a todos os brasileiros que querem estudar em escolas públicas. A atual legislação só obriga a oferta do ensino fundamental, até os 14 anos.

Ele afirmou que o Senado, apesar da crise por que passa, tem aprovado medidas que contribuem para melhorar as condições de vida da população.

Ao comentar o editorial “Passo à frente na educação”, do jornal *Correio Braziliense*, que abordou o projeto de lei de sua autoria, o senador disse que, se não houver melhoria das condições de ensino nas salas de aula, os jovens não serão atraídos.

### Profissionalização

Cristovam defendeu ainda a instituição de quatro anos de ensino médio profissionalizante



Cristovam: ensino profissionalizante ajuda jovem a entrar no mercado

para que o jovem possa ingressar no mercado de trabalho. Em sua avaliação, assim a educação oferecerá oportunidades iguais a todos os brasileiros, que poderão se diferenciar segundo seus talentos, a única desigualdade aceitável do ponto de vista da educação, conforme afirmou.

– Só toleremos a desigualdade que vem do talento e da persistência – disse o senador, ex-ministro da Educação.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Jefferson Praia • Mozarildo Cavalcanti

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Sessão solene do Congresso Nacional foi realizada para lembrar o Dia do Soldado, na terça-feira. Presença do Exército no Haiti foi elogiada



Deputado Gustavo Fruet, vice-almirante Leal Ferreira, general Enzo Peri, senador José Sarney, brigadeiro Junito Saito e senador Eduardo Azeredo. Acima, senador Collor no Plenário lotado com militares

## Senadores pedem recursos para Forças Armadas

O DIA DO Soldado foi celebrado na terça-feira, mas ontem o Congresso Nacional realizou uma sessão solene para homenagear as Forças Armadas, na qual os discursos enfatizaram a necessidade de mais recursos para as três armas (Aeronáutica, Exército e Marinha), a presença das mulheres nas tropas e a atuação brasileira no Haiti.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – autor do requerimento para a realização da homenagem juntamente com a deputada Rebecca Garcia (PP-AM) – ressaltou o papel das Forças Armadas na integração nacional e na defesa das fronteiras. O mesmo tema foi destacado pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelos senadores

Serys Slhessarenko (PT-MT) e Paulo Duque (PMDB-RJ). Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou também que “o grande desafio estratégico é a Amazônia”.

A necessidade de modernização e reequipamento das Forças Armadas – e, portanto, de mais recursos orçamentários – foi outro ponto abordado pelos parlamentares. Azeredo e Mercadante defenderam o aumento do orçamento federal destinado aos militares.

Já o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que os investimentos em ciência e tecnologia também são fundamentais para as Forças Armadas. “Não basta comprar equipamentos; é necessário desenvolver a criatividade para

desenvolvê-los aqui no país”, explicou Cristovam. O deputado federal José Genoíno (PT-SP) argumentou que é necessário tratar da questão salarial, “visando melhorar a autoestima dos militares”.

### Presença feminina

Serys Slhessarenko defendeu a ampliação da participação feminina nos quadros das Forças Armadas. Segundo ela, essa presença “já é evidente, mas precisa aumentar”. A senadora também pediu atenção para a situação dos reservistas, “jovens que são muito bem preparados, mas, após servir durante um ano, podem ficar desempregados e se tornar presas fáceis do crime [em razão do treinamento que

receberam]”.

A presença do Exército brasileiro no Haiti – onde lidera a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) – também foi lembrada. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo, e seu antecessor, Heráclito Fortes (DEM-PI), elogiaram a atuação do Exército. Azeredo visitou o Haiti há cerca de duas semanas, enquanto Heráclito foi ao país caribenho em 2008.

Ao final da sessão, o comandante do Exército, Enzo Martins Peri, declarou que “o Brasil assume, cada vez mais, um papel de potência regional, devido à sua presença e à sua pujança econômica, e as Forças

Armadas funcionam como um escudo dissuasor que respalda a posição do país no cenário político mundial”. Tanto ele como Sarney lembraram a “tradição pacifista” do Brasil. Para Sarney, essa tradição é resultado da dedicação e do espírito de doação dos soldados brasileiros.

Presidida por Sarney, a sessão contou ainda com a presença do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Fernando Collor (PTB-AL) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Também participaram os deputados federais Gustavo Fruet (PSDB-PR), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Jair Bolsonaro (PP-RJ), João Campos (PSDB-GO), Paes Landim (PTB-PI) e Wilson Picler (PDT-PR).

## Jobim: acordo permitirá ao Brasil produzir submarinos nucleares

O acordo a ser firmado com a França permitirá ao Brasil ingressar no pequeno grupo de países – Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e China, além da própria França – capazes de projetar, construir e operar submarinos nucleares, disse ontem o ministro da Defesa, Nelson Jobim. O documento será assinado “simbolicamente” no dia 7 de setembro, durante a visita ao Brasil do presidente Nicolas Sarkozy, segundo informou.

Jobim ressaltou a transferência de tecnologia como o ponto mais importante do acordo. O anúncio foi feito durante audiência pública promovida conjuntamente pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O ministro rebateu as críticas feitas à escolha da França como parceira para



Nelson Jobim diz que país precisa de submarinos convencionais e nucleares

a construção de cinco submarinos – dos quais, um de propulsão nuclear – até 2021. Segundo as críticas, o Brasil gastaria menos se optasse por submarinos de tecnologia alemã.

De acordo com Jobim, o Brasil precisa tanto de submarinos convencionais como de submarinos

movidos a energia nuclear. Enquanto os convencionais podem atuar de 50 a 500 metros de profundidade e têm velocidade de 4 a 6 nós, comparou, os nucleares atuam em profundidades maiores e movimentam-se com velocidades de 6 a 35 nós. Ou seja, os submarinos convencionais

podem atuar em águas rasas mais próximas da costa, observou o ministro, ao passo que os nucleares seriam indicados para águas profundas e áreas mais distantes.

### Plataformas

Entre as principais missões da Marinha, citou Nelson Jobim, encontra-se a defesa das plataformas petrolíferas – inclusive das áreas do pré-sal – e das instalações navais e portuárias. A aquisição dos cinco submarinos, por meio do acordo com a França, é considerada fundamental para esse objetivo.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) custará 6,7 bilhões de euros. Desse total, 4,3 bilhões referem-se a um financiamento do governo francês cujo pedido de autorização já se encontra em tramitação na Comissão de Assuntos Econô-

micos (CAE) do Senado.

Em resposta aos senadores Flávio Arns (sem partido-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), Jobim informou que o projeto do Orçamento da União para 2010 já contém a previsão de R\$ 2,3 bilhões para o Prosub e que outros R\$ 2,1 bilhões deverão ser destinados ao programa em 2011. Até 2029 todo o programa estará pago.

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou a importância de que, além de obter transferência de tecnologia, o Brasil se torne apto a criar a sua própria tecnologia no setor, por meio do investimento em educação e pesquisa. E Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu ao ministro que desse uma nota, de zero a 10, à atual capacidade da Marinha de defender as riquezas da costa brasileira. Nelson Jobim foi rígido. “A nota hoje seria 4”, afirmou.

## Mão Santa destaca papel histórico



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) comentou, em discurso, a sessão especial pelo Dia do Soldado. Ele disse ter sido um dos agraciados com a comenda Duque de Caxias, o Pacificador, na última terça-feira.

O senador ressaltou a importância das Forças Armadas na democracia brasileira e na vida dos brasileiros, listando vitórias militares que garantiram a unidade nacional e lembrando as lições deixadas por Caxias, “não humilhar os vencidos”, e pela Marinha, “o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”.

## Nery pede repúdio à base americana



José Nery

O senador José Nery (PSOL-PA) apresentará requerimento para que o Senado aprove uma manifestação de repúdio à instalação de bases norte-americanas em território colombiano.

– O Brasil deve liderar um movimento diplomático em toda a América Latina pelo restabelecimento do equilíbrio militar na região, com afastamento das tropas e assessores militares norte-americanos do território colombiano como uma das principais medidas para uma justa e duradoura paz entre o povo colombiano – declarou.

## João Pedro elogia UEA por atender mestres indígenas

João Pedro (PT-AM) parabenizou a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pela realização de programas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão voltados para os povos indígenas. Ele ressaltou que a primeira das ações é a implantação do curso de pedagogia, licenciatura intercultural indígena, para atender professores de escolas indígenas.

Segundo João Pedro, o curso visa formar 2,6 mil professores indígenas, no período de 2009 a 2015, e também prover a qualificação de profissionais para o serviço de apoio escolar. O curso terá a duração de cinco anos e se desenvolverá em nove períodos ofertados em seis módulos durante o recesso escolar.

– Os profissionais estarão habilitados para atuar na educação infantil e nas séries iniciais, 1ª a 4ª série, do ensino fundamental – assinalou.

As vagas foram oferecidas em 52 dos 62 municípios amazonenses, disse o senador.



João Pedro: vagas foram oferecidas em 52 municípios do Amazonas

## Malta destaca ato contra pedofilia em Guanambi (BA)

Magno Malta (PR-ES) parabenizou o município baiano de Guanambi por ato contra a pedofilia realizado na noite da última segunda-feira. De acordo com o senador, mais de 40 mil pessoas foram às ruas da cidade. Antes, o parlamentar fez uma palestra para mais de 600 pessoas sobre as atividades da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga crimes de pedofilia, por ele presidida.

– Esta é a prova mais contundente de que a sociedade resolveu tomar providência para defender aquilo que lhe é mais caro, a criança – afirmou.

Malta disse que, apesar de ter recebido a terceira ameaça de morte, não vai parar com as investigações da CPI. Segundo ele, as três ameaças foram feitas pela mesma pessoa, já identificada pela Polícia Federal.

O senador destacou ainda a realização da Feira Internacional de Mármore e Granito, em Cachoeiro de Itapemirim (ES).



Magno Malta ressalta que 40 mil pessoas foram às ruas em protesto

Participantes de debate concordam que instituição precisa ser mais valorizada, mas representante do Ministério Público diz que projeto do governo cria “superestrutura” e invade área de atuação dos promotores



Senador Antônio Carlos Valadares (3º à direita), entre os convidados para o debate: fortalecer o órgão é unanimidade

# CCJ discute novo formato para a Defensoria Pública

O FORTALECIMENTO DA Defensoria Pública em todo o país, como forma de fazer justiça aos mais pobres e a grupos considerados vulneráveis, foi defendido ontem por especialistas durante debate organizado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A reunião teve como objetivo discutir o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso Nacional (PLC 137/09) e já aprovado pela Câmara dos Deputados. Entre as principais alterações na estrutura e nas atribuições da Defensoria Pública previstas no projeto, destacam-se a autonomia funcional, administrativa e orçamentária; a democratização e modernização da gestão do órgão; e a seleção e formação de defensores.

Leonardo Araújo Marques, que representou a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, fez restrições a dispositivos do projeto, entre eles o que institui novas atribuições para os defensores, como a

defesa do meio ambiente e do consumidor, “rico ou pobre”.

Para ele, o projeto, como está, irá criar uma superestrutura e afastar ainda mais o defensor público de sua principal missão constitucional: a defesa direta dos interesses dos mais pobres.

### Sem gastos novos

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, André Luis Machado de Castro, saiu em defesa da aprovação do projeto, que, observou, não vai gerar nenhum novo gasto aos cofres públicos. Enumerou algumas novidades contidas na proposta, a começar pela elaboração, pela Defensoria Pública, de um plano anual de atuação. Destacou ainda a priorização de soluções extrajudiciais de conflitos, evitando-se assim a judicialização processual.

Rogério Favreto, secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, ressaltou, entre os benefícios do projeto, a ampliação do acesso dos mais

pobres à Justiça, reduzindo as excessivas ações individuais em benefício de ações coletivas, além da autonomia dada à Defensoria Pública.

Para Luciano Borges, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, a situação do serviço judicial público e gratuito é tão crítica que em 60% das cidades brasileiras não há um único defensor. São cerca de 4.600 defensores no país.

José Augusto de Souza, defensor público do Rio de Janeiro, pregou que os mais pobres tenham uma defesa decente “e não de segunda classe, como é atualmente”, mesma tese defendida pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antônio Carlos Bigonha.

O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, qualificou o projeto de “maduro” e pediu aos senadores a sua aprovação sem emendas.

## Proposta amplia funções e garante autonomia

A Defensoria Pública deve prestar orientação jurídica, promover os direitos humanos e defender, em todos os graus, os direitos individuais e coletivos dos necessitados, de forma integral e gratuita. É o que diz a proposta, que pretende ampliar as funções e aproximar ainda mais a Defensoria da sociedade.

O texto proposto pelo governo regulamenta a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública, democratiza e moderniza sua gestão, estabelece os direitos das pessoas assistidas e cria mecanismos de participação da sociedade civil na administração e na fiscalização do órgão. O projeto pretende adequar a legislação à reforma do Judiciário.

Os objetivos da Defensoria Pública, segundo o texto, são a primazia da dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais, a afirmação do estado democrático de direito, a prevalência e a efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Entre as funções da instituição definidas na proposta, está a de promover a ampla defesa dos direitos fundamentais – individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais – dos necessitados, especialmente de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, como as crianças e adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência e as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Para exercer suas funções, a Defensoria Pública poderá organizar sua estrutura, abrir concursos e nomear defensores e funcionários muito mais rapidamente, “sanando um dos problemas mais significativos em todo o Brasil, que é a falta de defensores em cerca de 60% das cidades”, segundo destacou o relator.

### Sociedade civil

Entre outros avanços, o projeto prevê a criação da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública dos Estados, que será exercida por pessoa de fora dos quadros da carreira, escolhida pelo Conselho Superior a partir de

lista triplíce elaborada pela sociedade civil.

O ouvidor-geral participará das reuniões do conselho, podendo propor medidas para o alcance dos objetivos da instituição e o aperfeiçoamento dos serviços prestados. A proposição prevê a nomeação do defensor público-geral a partir de lista triplíce formada pelo voto direto dos membros da carreira.

### Descentralização

De acordo com o projeto, a Defensoria Pública deve buscar a descentralização, dando prioridade às regiões “com maiores índices de exclusão e adensamento populacional”. Os direitos dos assistidos, como o direito à informação, à qualidade e à eficiência dos serviços prestados, são explicitados no texto.

A proposta estabelece como uma das novas funções da Defensoria Pública a de promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, incentivando acordos entre as partes em conflito por meio de mediação, conciliação, arbitragem etc.

## Valadares quer resolver conflito em novo relatório

Relator do projeto na CCJ, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que vai apresentar uma nova versão do texto para tentar conciliar os pontos de divergência, que ficaram evidentes depois do debate de ontem. Integrantes do Ministério Público disseram que prerrogativas exclusivas dessa instituição estariam sendo transferidas à Defensoria.

– São duas instituições imprescindíveis ao país e que atuam de forma complementar. Espero que se entendam cada vez mais, como já ocorre com frequência em muitos estados. Quem vai ganhar é a sociedade – disse.

Para Valadares, a Defensoria Pública é, atualmente, a instituição menos estruturada do sistema de Justiça:

– É nosso dever corrigir essa distorção, pois, por ser o órgão mais próximo da população carente, ainda maioria no Brasil, não há como se falar em cidadania sem a Defensoria – destacou o senador.

O debate mostrou que há na CCJ clima favorável ao projeto. O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) destacou os pontos que preocupam o Ministério Público. O maior temor é com relação ao uso que os defensores possam fazer da chamada ação civil pública (ACP), instrumento para a defesa dos interesses coletivos.

– A questão é que [o órgão] não está estruturado nos estados e municípios, e na própria União ainda é muito deficiente. O que falta é vontade política e capacidade orçamentária para fazer o que é necessário – avaliou Wellington Salgado.

### Eficácia das ações

Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o Estado brasileiro ainda é muito conservador, mais sensível aos interesses da “elite minoritária”. Por isso, considera um avanço a proposta de reforma do órgão que tem a função de defender a população carente. Segundo Arruda, essa defesa será muitas vezes mais eficaz e econômica se feita por meio de ações coletivas, como no caso de processo para a regularização fundiária de ocupações urbanas em áreas de pobreza.

– É algo que o Estado brasileiro precisa fazer e não será capaz se a Defensoria Pública não puder promover ações coletivas – afirmou o parlamentar.

Na avaliação do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), há equívoco na tese de que o aperfeiçoamento da Defensoria Pública significará o “esvaziamento” do Ministério Público.

– Tenho certeza de que a população quer ter nos dois órgãos o mesmo sentimento de tranquilidade e segurança. Isso já é regra em relação ao MP, e é chegada a hora de ter essa mesma confiança na DP – argumentou Mesquita Júnior.